

Relações feudo-vassálicas na Inglaterra do século XII: uma perspectiva literária

Prof^a Ms. Maria de Nazareth Corrêa Accioli Lobato
Doutoranda em História Comparada (PPGHC/IH/UFRJ)
nazarethlobato@oi.com.br
Recebido em: 15/02/2015
Aprovado em: 25/02/2015

Resumo

O poder, sob a perspectiva do imaginário, tem nos textos literários fontes privilegiadas de investigação. Entre elas destacam-se as fábulas políticas de *Esope*, escritas na Inglaterra por volta de 1170, e cujos enredos e personagens estão situados no âmbito do mundo político feudal. O artigo pretende identificar padrões de comportamento adotados por senhores e vassalos nas fábulas em questão, tomando como referencial os valores propostos no contrato feudo-vassálico, bem como revelar *Esope* como fonte representativa para o estudo de um imaginário do poder na Inglaterra do século XII.

Palavras-chave: Relações feudo-vassálicas, literatura medieval, século XII.

Abstract

Literary texts are privileged sources for the study of power from the imaginary's point of view. Among those the political fables of *Esope* stand out, written in England around 1170, and whose plots and characters are situated in the feudal political world. The article intends to identify patterns of behavior adopted by lords and vassals in these fables, taking as reference the values proposed in the feudal-vassal contract, as well as to reveal *Esope* as a representative source for the study of an imaginary of power in twelfth-century England

Keywords: Feudal-vassal relationships, medieval literature, twelfth-century.



Figura 1 – Vassalo ajoelhado diante de seu senhor para o ato de homenagem.

Selo de bronze de Raimon de Mondragon, da Provença. Paris, *Bibliothèque Nationale*, Cabinet de Médailles, séc. XII.

Foto de Ina Brady. In: FREMANTLE, Anne. *A Idade da Fé*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 17.

Quando ouvimos falar em fábulas, logo nos vêm à lembrança os nomes de Esopo e La Fontaine. No entanto, ao longo dos séculos que separam a existência desses dois renomados moralistas, surgiu uma escritora que foi, no dizer de Léon Levraut, “a fabulista do regime feudal”: Marie de France (Lévraut 1907: 37). Nascida na Île-de-France e de origem nobre, Marie, embora *de France*, viveu na segunda metade do século XII na corte real de Henrique II Plantageneta ou numa corte aristocrática da Inglaterra, e para cujo público suas obras, escritas no vernáculo anglo-normando, se destinavam (Ménard 1979: 15; Burgess, Busby 1986: 11 e 18).¹

O fabulário de Marie de France, escrito por volta de 1170, é uma coletânea de fábulas que a escritora, no Epílogo da obra, denominou “Esopo”.² O regime feudal, inexistente na versão latina do *Romulus* que lhe serviu de modelo³, é apresentado por Marie em fábulas ambientadas no mundo feudal, e que ocupam ¼ da coleção. Muito embora tenha afirmado que traduziu o livro de Esopo tal como o encontrou, as fábulas em questão fazem referências típicas das relações feudo-vassálicas, tais como “senhor”, “homem”, “barão”, “felonia”, “honra”, “lealdade” e “fé”, revelando a intervenção da escritora em fábulas cujos personagens, em forma de alegoria, representam os protagonistas do cenário político da época feudal. O feudalismo das fábulas de Marie de France vincula-se,

portanto, ao seu aspecto restrito, jurídico-político, tal como caracterizado na clássica definição de François-Louis Ganshof:

[...] um conjunto de instituições que criam e regulam obrigações de obediência e serviço – sobretudo militar – da parte de um homem livre, chamado *vassalo*, para com outro homem livre, chamado *senhor*, e obrigações de proteção e sustento da parte do *senhor* para com o *vassalo*; a obrigação de sustento tem como efeito, na maior parte dos casos, a concessão pelo senhor ao seu vassalo de um bem chamado *feudo*. (Ganshof 1976: 10-11, grifos do autor).

A entrega do feudo ao vassalo era feita através do contrato feudo-vassálico, cerimônia em três atos – homenagem, juramento de fidelidade e investidura – que combinava os elementos pessoal (vassalagem) e material (feudo) envolvidos no pacto. A vassalagem, elemento pessoal da relação de dependência mútua, era representada pela homenagem e pelo juramento de fidelidade. Na homenagem, o vassalo, colocando suas mãos entre as mãos de seu senhor, fazia uma declaração de vontade, como exemplificado no selo acima reproduzido. Quanto ao juramento de fidelidade, era prestado pelo vassalo com a mão sobre o Evangelho ou relicário (Ganshof 1976: 95-103). Já a investidura, elemento material do contrato, consistia na concessão do feudo através da entrega de um elemento que o simbolizava, como um punhado de terra ou um ramo de árvore (Franco Júnior 2001: 92). Esse feudo concedido pelo senhor era, na maior parte das vezes, uma terra, mas também podia assumir a forma de dinheiro, cargos ou direitos diversos (Bonnassie 1985: 91).

No concernente às obrigações em comum, ambos – senhor e vassalo – estavam proibidos de se prejudicar mutuamente. Já no tocante às obrigações específicas de cada parte, cabia ao vassalo o dever de *auxilium* e *consilium*. No primeiro caso, além do auxílio militar, o vassalo deveria prestar auxílio financeiro para o resgate do senhor, quando aprisionado; na cerimônia de sagração do primogênito do senhor como cavaleiro; no casamento da filha mais velha do senhor; e na partida do senhor para as Cruzadas. No dever de *consilium*, o vassalo deveria aconselhar, opinar sobre assuntos propostos pelo senhor e, sobretudo, participar algumas vezes por ano do tribunal por ele presidido. Quanto aos deveres específicos do senhor, este deveria defender o vassalo de seus inimigos, tanto militar quanto judicialmente, bem como providenciar seu sustento, seja

alojando-o e alimentando-o em seu castelo senhorial, seja concedendo-lhe feudos, de onde poderia retirar sua subsistência (Ganshof 1976: 117-129).

Ligados através de laços de dependência pessoal e hierarquizada, que implicavam direitos e deveres recíprocos, essa classe dominante era cimentada, segundo os homens de reflexão do século XII, pela “amizade” e pela “fé”, palavra que evocava um misto de confiança e de fidelidade. Nessa visão idealizada, esse grupo vivia junto em concórdia, servindo com lealdade aos seus superiores e recebendo o serviço adequado daqueles que lhes eram imediatamente inferiores. “A ordem aparecia assim construída sobre as noções conjugadas de desigualdade, serviço e lealdade.” (Duby 1986: 117).

Era, de fato, uma visão idealizada, na medida em que os valores envolvidos no pacto feudo-vassálico não permaneceram imutáveis desde seu estabelecimento, no século VIII. Se, num primeiro momento, um homem recebia um feudo porque era vassalo, a partir do século XI ele se fazia vassalo para receber um feudo, passando a predominar o elemento material sobre o elemento pessoal (Franco Júnior 2001: 186). Nota-se, portanto, uma mudança considerável nas motivações que envolviam as relações entre senhores e vassalos, mudança essa vinculada à ambição material propiciada pelo desenvolvimento econômico do Ocidente durante os séculos XI-XIII.

Foi justamente essa inversão relativa aos valores de desigualdade, serviço e lealdade que Marie de France expressou, metaforicamente, nas fábulas protagonizadas por senhores e vassalos. Seu cenário histórico era o reino da Inglaterra, onde as relações feudo-vassálicas foram implantadas, a partir de 1066, como consequência do episódio conhecido como Conquista Normanda, quando Guilherme, duque da Normandia, derrotou o rei saxão Haroldo na batalha de Hastings. Coroado como Guilherme I, o novo soberano deu início ao domínio normando, caracterizado por um governo com acentuada tendência à centralização nas áreas das finanças e da justiça. De fato, no concernente ao seu aspecto jurídico-político, o feudalismo foi introduzido na Inglaterra por Guilherme I mediante a reprodução do feito francês adotado na Normandia, onde o duque exercia forte autoridade perante os nobres (Ganshof 1976: 92).

O rei tornou-se o maior proprietário de terras em seu novo domínio insular, parte das quais foram distribuídas aos nobres normandos – cerca de 170 barões –, como

recompensa por sua participação na conquista (Poole 1954: 2). O *Domesday Book*, grande inventário do reino concluído em 1087 a mando de Guilherme I, revela que a riqueza - ou seja, a terra - estava concentrada nas mãos do rei, da nobreza e da Igreja, e que quase a metade do rendimento anual do reino provinha das terras concedidas aos nobres (Poole 1954: 2 e 12). Como supremo proprietário, o rei podia dispor das terras por ele concedidas, sendo-lhe permitido aumentar seus domínios mediante o confisco de terras da nobreza nos casos de felonía ou de morte sem herdeiros (Poole 1954: 417).

O rei ocupava, portanto, o ápice da hierarquia política e social. Entrementes, sendo um monarca no contexto feudal, ele ocupava sua posição não apenas como soberano, mas também como senhor, a quem os nobres deveriam prestar obediência (Bloch 1979: 215), condição esta que o colocava no papel de senhor dos senhores, de *primus inter pares* dos *bellatores*. Nesse sentido, quando um nobre jurava ser leal e nunca atentar contra a honra do seu senhor, não o fazia como súdito, mas como vassalo do rei (Duby 1986: 122). A condição dos vassallos também obedecia a uma hierarquia. No seu topo transitavam os barões, que recebiam terras diretamente do soberano em troca da prestação de serviço militar, sendo, por isso mesmo, considerados como vassallos diretos do rei. Conhecidas como honras (*honurs*, no dialeto anglo-normando), essas terras constituíam, essencialmente, o feudo de um grande senhor (Stenton 1961: 55-56). Os barões também formavam a *Curia Regis*, órgão efetivo do governo durante os séculos XI e XII (Stenton 1961: 83). A prestação de serviço militar ao rei criava, por parte dos barões, a necessidade de ter um grupo de homens especializados no ofício de guerrear, os quais, por sua vez, formavam o seu corpo de vassallos (Poole 1954: 13), sendo inferiores, portanto, àqueles aos quais deveriam servir. Todavia, para além de seu significado territorial, o vocábulo *honur* também era adotado, nessa época, com o sentido de consideração, estima, bem moral e sentimento de dignidade (Rey 1993 v. 1: 970).

Tal era, sob o prisma histórico, a estrutura política básica da época de Marie de France. Resta agora identificar, brevemente, alguns padrões de comportamento que, sob a perspectiva literária do *Esopo*, sugerem que senhores e vassallos estavam longe de viver juntos em concórdia.

Na fábula “O lobo e a cegonha”, por exemplo, o lobo, ao se engasgar com um osso, prometeu à cegonha uma boa recompensa caso ela, com seu longo pescoço, retirasse o

osso de sua garganta. Após atender ao pedido, a cegonha cobrou do lobo o cumprimento de sua promessa. Embora sem negar o juramento que havia feito, o lobo alegou que a cegonha já estava mais do que recompensada, pois ele poderia tê-la estrangulado, uma vez que sua carne muito lhe apetecia. A analogia entre o lobo e o mau senhor é estabelecida na moral:

O mesmo acontece com o mau senhor:
se um homem fraco honra-o
e depois solicita sua recompensa,
não conseguirá mais do que ingratidão;
por estar em seu poder
deve agradecer por estar vivo. (v. 33-38)

Igualmente ingrato foi o ferreiro da fábula “O ferreiro e o machado” que, necessitando de um cabo para seu machado, serviu-se de um espinheiro negro, muito resistente e difícil de quebrar. Porém, quando o cabo ficou pronto, cortou o espinheiro em pedaços, recompensando muito mal o bem que havia recebido. A analogia entre o ferreiro e os maus vassalos é apontada na moral:

O mesmo acontece com os malvados,
com aqueles que são muito traidores e cruéis;
quando um homem de bem os enaltece
e através deles se tornam ricos e poderosos,
quando se tornam muito poderosos
sempre humilharão e prejudicarão
e, no final, irão tratar da pior maneira possível
a quem os colocou em posição mais elevada. (v. 25-32)

Os nobres também podiam ser bastante ambiciosos, e para eles Marie acenou com o castigo de perder tudo o que possuíam, como exemplificado através da fábula “O corvo que encontrou plumas de pavão”. Um corvo vinha caminhando quando avistou plumas de pavão espalhadas pelo chão. Desolado, olhou-se de cima a baixo, se considerando a mais desprezível das criaturas. Arrancando suas penas, se enfeitou com as plumas de pavão. Aproximou-se dos pavões que, no entanto, o desprezaram, pois não o reconheceram como sendo um deles, o mesmo acontecendo quando retornou ao convívio dos corvos. A analogia entre o corvo e os barões, detentores das honras concedidas pelo rei, encontra-se evidenciada na moralidade:

O mesmo pode se ver em muitas pessoas
que possuem bens e grandes honras:

desejam acumular ainda mais,
tanto que nem conseguem conservar;
não conseguem o que desejam,
perdendo, pela sua loucura, aquilo que possuíam. (v. 19-24)

À ingratidão e à ambição dos nobres somava-se a arrogância decorrente de sua riqueza. Na fábula “A mosca e a abelha”, por exemplo, a mosca se gabava de ser mais importante do que a abelha: além de voar mais longe, podia até pousar sobre o rei! Zombava da abelha, que trabalhava o ano inteiro, enquanto ela e suas companheiras serviam-se do mel o quanto queriam. A abelha respondeu que a mosca era vil, sempre incomodando os outros com seu mau comportamento, ao passo que ela era muito bem estimada pelas suas boas ações. Destinada aos nobres arrogantes, a moral adverte:

Isso acontece com o traidor infame:
quando possui bens em abundância,
mostra-se arrogante com seus superiores,
altivo na palavra,
contestando-os com grande desdém.
Mas se existe alguém que conheça
a verdade sobre sua condição
poderá fazê-lo se calar em plena corte. (v. 21-28)

Tal padrão de comportamento também se aplicava às relações dos nobres com o rei, seu senhor e *primus inter pares*. Ingratos, traidores e transgressores da honra, lealdade e fidelidade a ele devidas, seu comportamento está exemplificado na fábula “O rei das rãs”. Em um lago vivia um grupo de rãs que desejavam um rei. Depois de pedirem várias vezes um soberano ao Destino, este lhes enviou um tronco. No início as rãs sentiram muito medo! Porém, vendo que ele não se movia, se aproximaram cautelosamente. Saudaram-no como “rei”, cada uma prometendo “fidelidade”. Tomaram-no como “senhor” e, como tal, cercaram-no de “honra”. Todavia, vendo que o tronco permanecia imóvel, perderam o medo, subiram nele e, de tal modo fizeram porcarias, que o tronco acabou afundando. Descontentes, retornaram ao Destino pedindo outro rei, pois aquele não havia sido bom para elas. Dessa vez o Destino enviou uma cobra, que devorou as rãs, condenando-as à morte. Muito aflitas, as rãs sobreviventes suplicaram ao Destino que as libertasse daquele inimigo. Mas o Destino negou-lhes o pedido, pois haviam tido um senhor benevolente, a quem haviam desonrado, e que foi trocado pelo senhor que haviam desejado. Na moral, a fábula ensina:

Assim fazem muitos
quando têm um bom senhor:
sempre o maltratam
e não sabem guardar sua honra;
se não são oprimidos,
nada farão por ele;
ligam-se àqueles que os oprimem,
que ostentam às custas de seus bens.
Então retornam ao seu bom senhor
a quem haviam desonrado. (v. 45-54)

Mas é na fábula “O morcego” que encontramos o mais completo exemplo de traição à honra, à lealdade e à fidelidade devidas ao rei no seu papel de senhor. O leão e a águia iam se enfrentar numa batalha. O leão convocou todos os animais que andavam com quatro patas. A águia convocou todas as aves. O morcego não sabia qual lado escolher. Queria ficar entre os vencedores, pois estes seriam poderosos. Começou a observar os dois lados e, percebendo que o exército do leão era maior, juntou-se aos ratos. Contudo, quando a águia cruzou os céus liderando seu exército, se arrependeu por não estar entre os pássaros. Escondendo suas patas, juntou-se às aves. Mas, ao abrir suas asas, suas patas apareceram diante de todos, revelando sua traição. Pássaros e animais denunciaram a traição do morcego à serpente, que pronunciou a sentença que lançou a maldição ao traidor. Na moral, a fábula enfatiza os valores – honra, lealdade e fidelidade – que deveriam nortear as relações feudo-vassálicas:

Assim é o traidor
que age mal com seu senhor
a quem deve honra
e guardar lealdade e fidelidade;
se o senhor dele necessita
junta-se aos outros,
faltando com sua obrigação
e indo com os outros ficar;
mas quando o senhor está em vantagem,
não consegue abandonar seu mau costume;
quer retornar para junto dele,
e de todos os lados comete faltas;
perde sua honra e seus bens
e seus herdeiros são condenados;
fica desonrado para sempre,
assim como o morcego,
que não pode mais voar de dia,
ele não pode mais falar na corte. (v. 49-66)

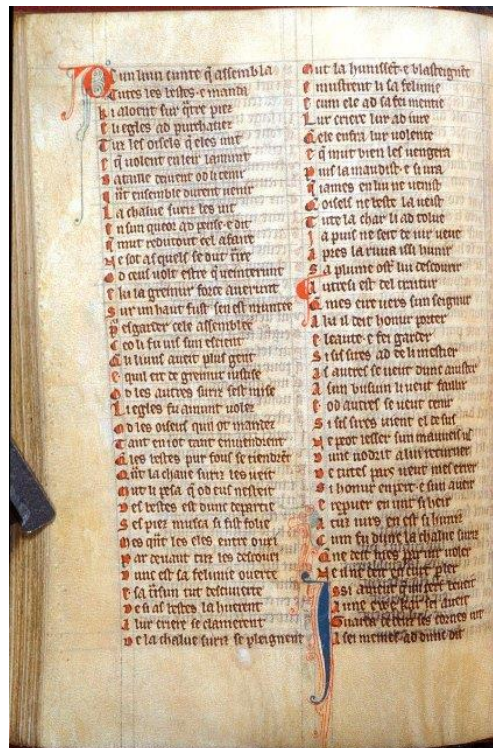


Figura 2 – Fábula “O morcego”.

In: *Esope. British Library*, MS Harley 978, f. 46v, c. 1260. Disponível em:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/record.asp?MSID=8682&CollID=8&NStart=978>

Acesso em: 26 set. 2010 (Domínio Público)

Nota-se, portanto, que no perfil das relações feudo-vassálicas, acima delineado, os nobres se apresentam como traiçoeiros, ingratos, ambiciosos e arrogantes, seja enquanto senhores, seja enquanto vassallos – régios ou não. Demonstram, desse modo, que não honravam seus compromissos, uma vez que não respeitavam os direitos e deveres recíprocos aos quais haviam jurado obedecer quando do contrato que havia estabelecido os vínculos entre ambas as partes.

É certo que fábulas são textos literários, de cunho alegórico e moralizante, distinguindo-se, portanto, das crônicas históricas. Contudo, se a função de um texto literário não é a de expressar fatos tidos como historicamente corretos, isso não impede que ele contenha aspectos verossímeis em relação à história. Daí a importância do uso de obras literárias como fontes para o estudo do poder sob a ótica do imaginário, este entendido como “[...] o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que

transforma a realidade em visões ardentes do intelecto.” (Le Goff 2009: 12). Já no concernente à organização social e política, esta transparece, no imaginário medieval, através de imagens tais como as representações simbólicas da hierarquia social e os objetos simbólicos do poder (Le Goff 1985: viii).

Nesse sentido, podemos nos indagar se a transgressão às noções de desigualdade, serviço e lealdade, tais como denunciadas no *Esope*, poderia ser um indício da valorização do aspecto material do contrato feudo-vassálico, mencionado anteriormente. Com efeito, se a partir do século XI alguém se fazia vassalo apenas para receber um feudo, isso poderia significar que, nas relações entre senhores e vassallos, a vassalidade se tornou um mero artifício, um teatro, quiçá uma forma de bajulação visando, principalmente, ao bem material desejado, o qual era, na maior parte das vezes, uma terra e toda a dignidade que dela advinha, ambas representadas, no caso da Inglaterra, pela honra, vocábulo recorrente nas fábulas políticas em questão, nas quais aparece em seu sentido tanto territorial quanto moral.

Portanto, é possível concluir que as fábulas aqui apresentadas, enquanto portadoras da imagem de uma hierarquia social transgredida, apontam para a existência de valores políticos e morais que, tendo sido corrompidos, deveriam ser resgatados. Desse modo, ao revelar os novos padrões de comportamento – ingratidão, ambição, cobiça e arrogância – que permeavam as relações feudo-vassálicas na Inglaterra do século XII, as “visões ardentes do intelecto” de Marie de France fazem do *Esope* o testemunho de um imaginário político da época e do meio social no qual foi produzido.

Fonte

MARIE DE FRANCE. *Les Fables*. Edition critique accompagnée d'une introduction, d'une traduction, de notes et d'un glossaire par Charles Brucker. Louvain: Peeters, 1991.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BONNASSIE, Pierre. Feudo. In: _____. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Dom Quixote, 1985, p. 89-92.

FANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BURGESS, Glyn; BUSBY, Keith. Introduction. In: *The Lais of Marie de France*. Translated with an introduction by Glyn S. Burgess and Keith Busby. London: Penguin, 1986, p. 7-36.

DUBY, Georges. *Guilherme, o Marechal*. Lisboa: Gradiva, 1986.

GANSHOF, François-Louis. *Que é o feudalismo?* 4. ed. Lisboa: Europa-América, 1976.

LE GOFF, Jacques. *L'imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1985.

_____. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEVRAULT, Léon. *La fable: évolution du genre*. Paris: P. Delaplane, 1907.

MÉNARD, Philippe. *Les Lais de Marie de France: contes d'amour et d'aventure du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires, de France, 1979.

POOLE, Austin Lane. *From Domesday Book to Magna Carta: 1087-1216*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1954.

REY, Alain (dir.). *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1993. 2 v.

STENTON, Frank M. *The first century of English feudalism: 1066-1166*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1961.

Notas

¹ As obras escritas por Marie de France são os *Lais*, o *Esopo* e o *Espurgatoire Seint Patriz*.

² Em alusão ao fabulista grego, que nomeava algumas coleções medievais de fábulas escritas à maneira de Esopo. Cf. EYHERAMONNO, Joëlle. Introducción. In: MARIE DE FRANCE. *Fabulas medievales* (Ysopet). 3. ed. Madrid: Anaya, 1989, p. 10.

³ No caso, a versão conhecida como *Romulus de Nilant*, escrita no século XI e cujas 40 primeiras fábulas serviram de fonte para Marie de France. Cf. BOIVIN, Jeanne-Marie; HARF-LANCNER, Laurence. Introduction. In: *Fables françaises du Moyen Âge: les Isopets*. [Paris]: Flammarion, 1996, p. 21.